

Líderes pemedebistas alegam desconhecimento

por Valério Fabris
de Brasília

O PMDB desconhece qual é a estratégia do governo na renegociação da dívida externa. Foi o que afirmou ontem, a este jornal, o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'anna (PMDB-BA), ao reiterar que não tem conhecimento de nenhum fato novo, como a propalada moratória técnica. Os senadores José Richa (PMDB-PR) e Mário Covas (PMDB-SP) igualmente disseram que o assunto não foi objeto de discussões partidárias.

(Embora Sant'anna, Richa e Covas neguem que o partido majoritário tenha sido informado sobre a alegada estratégia de renegociação, envolvendo a suspensão dos pagamentos dos serviços da dívida, alguns parlamentares mencionam um possível "pacto de silêncio" firmado por lideranças pemedebistas.)

Richa inclusive queixou-se de que o partido, como instituição, não vem debatendo a crise econômica. "É preciso que ocorra uma reunião da executiva. Se o deputado Ulysses Guimarães sabe de alguma providência no plano externo, não nos tem comunicado", disse Richa. Ulysses Guimarães, presidente nacional do PMDB e da Assembleia Constituinte, declara que ignora a iminência de moratória. "Eu não fui informado de nada. Nem de moratória, nem de moratória técnica", disse ele aos jornalistas.

Para o deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ), "o que se está anunciando é uma coisa que existe há muito tempo". Ou seja, o País já estaria, de forma intermitente, interrompendo as remessas de recursos para os credores em função do baixo nível de suas reservas cambiais. Miro Teixeira disse que membros dos partidos ocasionalmente ficam cientes, com antecedência, de algumas decisões na área econômica. Foi, segundo ele, o que se deu com a demissão de Fernão Bracher da presidência do Banco Central. Do mesmo modo, o deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG) comentou

que os informes econômicos que chegam ao partido são bastante genéricos.

"É evidente que estamos sabendo que o País pode caminhar para a moratória, isto é, para a suspensão parcial do pagamento dos serviços da dívida. É o que, aliás, o próprio PMDB firmou como posição em dois documentos", disse o deputado Euclides Scalco (PR). José Richa, por sua vez, acrescenta que, em lugar de uma deliberada ou contingenciada interrupção no fluxo de recursos para o exterior, o que se discute é a fixação de um critério, aceito pelo credores, que limite a sangria de divisas.

"Falamos sempre em limitar as remessas a um percentual do Produto Interno Bruto (PIB) ou das exportações, tendo em vista a retenção de recursos para financiar o crescimento da economia nacional", disse José Richa. Mário Covas aduziu que não há nenhuma possibilidade de o Brasil adotar decisões unilaterais, como ficou demonstrado nas negociações do Clube de Paris. O País pode, a seu ver, criar um clima que favoreça um bom acordo.

O senador José Richa diz, a propósito, que nenhum elenco de medidas para a supressão dos problemas internos do País terá êxito sem uma anterior redução dos volumes de divisas para o exterior. "O Plano Cruzado II não funcionou exatamente por isso." Carlos Sant'anna afiança que o "pacote" interno somente será adotado depois da reunião do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, com a bancada do PMDB no Congresso, marcada para o próximo dia 25.

Mário Covas contrapõe que, certamente, Funaro não vai expor todas as medidas que se delineiam. "É óbvio que alguns temas não podem ser levados com antecedência ao conhecimento público, como, por exemplo, o congelamento de preços." O mais importante, na sua opinião, é que as premissas colocadas pelo PMDB sejam atendidas — a defesa dos salários, o crescimento econômico e a distribuição de renda.